

## SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ

# Estudo Técnico Preliminar 60/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08455.019146/2025-59

## 2. Descrição da necessidade

2.1 A presente aquisição visa atender às necessidades operacionais e técnico-científicas do Laboratório de Química Forense da Polícia Federal, no que se refere à aquisição de reagentes químicos, necessários aos exames de química forenses realizados no laboratório de química do SETEC, e materiais de consumo laboratoriais, essenciais à execução das atividades periciais, considerando-se que:

2.1.1 entre os insumos previstos estão: luvas nitrílicas descartáveis, frascos tipo flaconetes, tubos de ensaio, hastes com swab estéril, clorofórmio, entre outros reagentes e consumíveis utilizados em rotinas analíticas de detecção, identificação e quantificação de substâncias químicas, incluindo drogas ilícitas, explosivos, solventes e outros compostos de interesse criminal;

2.1.2 a demanda justifica-se pela natureza contínua e imprevisível das perícias químicas forenses, sendo indispensável a pronta disponibilidade desses materiais para garantir a agilidade e a precisão das análises, bem como a fidedignidade dos laudos periciais emitidos, que subsidiam investigações criminais e processos judiciais;

2.1.3 a utilização de materiais específicos e de qualidade compatível com os padrões exigidos em perícia forense é fundamental para assegurar a reprodutibilidade, segurança e integridade dos exames laboratoriais, bem como o cumprimento das normas técnicas e de biossegurança.

2.1.4 a aquisição ora proposta visa também evitar a interrupção das atividades laboratoriais por falta de insumos básicos, o que comprometeria diretamente a função institucional da Polícia Federal na produção da prova técnico-científica;

Dessa forma, resta demonstrada a necessidade e a relevância da aquisição dos referidos itens, no interesse da continuidade, eficiência e qualidade das análises periciais realizadas no âmbito do laboratório de química forense.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUCRIM	Michel Bitana

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Além dos requisitos para a aquisição dos reagentes e materiais descritos no Termo de Referência, a contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, indispensáveis para o pleno funcionamento das rotinas do Laboratório de Química Forense:

4.1.1 Especificação dos itens: os materiais e reagentes deverão apresentar qualidade técnica compatível com uso laboratorial forense, observando as seguintes características:

- Luvas nitrílicas descartáveis: tamanhos variados, sem pó, resistentes a produtos químicos, com certificação para uso laboratorial.
- Swab estéril com haste plástica ou de madeira: embalados individualmente, estéreis, utilizados para coleta de amostras.
- Frascos tipo flaconetes: em vidro âmbar ou transparente, com tampa rosqueável e vedação interna, volumes variados (ex: 5 mL, 10 mL, 20 mL), apropriados para armazenamento de amostras e reagentes.
- Tubos de ensaio e frascos de coleta: compatíveis com centrifugação e autoclavagem, quando necessário.
- Reagentes analíticos (ex: clorofórmio, ácido acético, éter etílico, etc.): grau analítico (PA), com controle de pureza, embalados e rotulados conforme normas da ANVISA e da ABNT.
- Etiquetas de segurança, ponteiras, béqueres, pipetas, papel pH e outros consumíveis laboratoriais comuns.

- 4.1.2. Condições de fornecimento:
- Os itens deverão ser entregues em embalagens seguras e adequadas, com identificação do lote, validade e procedência.
  - Prazo de validade mínimo conforme Termo de Referência.
  - Fornecimento único ou parcelado, conforme necessidade da unidade requisitante.
  - Transporte em condições compatíveis com a natureza do produto, especialmente para substâncias químicas controladas ou inflamáveis.
- 4.1.3. Conformidade técnica e regulatória
- Todos os produtos devem obedecer às normas de biossegurança, de boas práticas laboratoriais, e às diretrizes de controle de substâncias sujeitas a fiscalização.
  - Reagentes químicos devem ser acompanhados de ficha de segurança (FISPQ) e rótulo conforme legislação vigente.
  - Itens sujeitos a controle especial (como o clorofórmio) devem ser fornecidos por empresas devidamente autorizadas por órgãos competentes (ANVISA, Polícia Federal, Exército, conforme o caso).

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 A estimativa de custos foi elaborada com base no Painel de Preços do Governo Federal, fonte oficial do governo, que se baseia em pesquisas de mercado realizadas junto a fornecedores especializados, bem como em aquisições anteriores realizadas por órgãos públicos, considerando a compatibilidade técnica e as exigências de qualidade e segurança.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A escolha pela aquisição direta de insumos laboratoriais diversos, em vez de contratação de serviço terceirizado ou locação de kits prontos, justifica-se pela necessidade de flexibilidade e controle técnico rigoroso dos procedimentos laboratoriais, típicos da atividade pericial forense.

6.2 Os reagentes e materiais solicitados são de uso contínuo, com consumo variável e imprevisível;

6.4 A solução escolhida é tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com os padrões de qualidade exigidos pelas normas periciais.

6.3 Análise de Riscos

Risco Identificado	Impacto	Probabilidade	Mitigação
Atraso na entrega	Médio	Médio	Incluir penalidades no contrato e prever estoque mínimo
Fornecimento de produtos fora da especificação	Alto	Médio	Exigir amostras e certificados; fiscalização rigorosa
Falta de autorização legal para reagentes	Alto	Baixo	Exigir documentação ANVISA/PF dos fornecedores
Vencimento precoce dos produtos	Médio	Baixo	Exigir prazo de validade conforme Termo de Referência

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa das quantidades foi definida com base no histórico de consumo do Laboratório de Química Forense, na previsão de demandas futuras e na variação operacional das atividades periciais, considerando o fluxo médio de análises realizadas mensalmente, a imprevisibilidade das demandas e a necessidade de pronta resposta a ocorrências complexas.

7.2 Para efeito deste estudo, considerou-se um período de 12 meses, contemplando as necessidades de reposição de estoque, atendimento a demandas emergenciais e garantia da continuidade das atividades laboratoriais.

7.3 As quantidades estimadas, ainda que aproximadas, refletem o uso rotineiro e técnico dos insumos, bem como o provisionamento para atendimento das demandas futuras, de acordo com as operações institucionais em andamento.

7.4 A presente estimativa busca equilibrar a suficiência operacional, a eficiência logística e a economicidade na aquisição pública, permitindo a programação adequada do consumo e evitando desabastecimento ou excesso de materiais perecíveis.

Risco Identificado	Impacto	Probabilidade	Mitigação
Atraso na entrega	Médio	Médio	Incluir penalidades no contrato e prever estoque mínimo
Fornecimento de produtos fora da especificação	Alto	Médio	Exigir amostras e certificados; fiscalização rigorosa
Falta de autorização legal para reagentes	Alto	Baixo	Exigir documentação ANVISA/PF dos fornecedores
Vencimento precoce dos produtos	Médio	Baixo	Exigir prazo de validade conforme Termo de Referência

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.373,20

8.1 A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base em pesquisas de preços junto a fornecedores especializados, atas de registro de preços vigentes de outros órgãos públicos e contratações anteriores da própria instituição, respeitando os princípios da razoabilidade, economicidade e compatibilidade com o mercado.

8.2 Foram consideradas referências atualizadas, com valores médios praticados no mercado para cada item previsto, levando em conta especificações técnicas compatíveis com o uso forense, o que resultou no valor estimado para contratação de R\$ 18.373,20 (dezoito mil trezentos e setenta e tres reais e vinte centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento da contratação deve ser avaliado com vistas à ampliação da competitividade, à economicidade e à melhor adequação às necessidades da Administração. Nesse sentido, considera-se viável e recomendável o parcelamento do objeto da presente contratação.

9.2 A aquisição de reagentes e materiais de consumo e reagentes para o laboratório do Núcleo de Criminalística, envolve itens com composições e aplicações distintas, ainda que relacionados à mesma finalidade. Assim, o parcelamento permite:

- Melhor adequação técnica, ao possibilitar a especificação individualizada de diferentes insumos;
- Maior competitividade, com a participação de fornecedores especializados em itens específicos , ampliando o número de possíveis licitantes;
- Otimização dos recursos públicos, ao permitir a seleção das propostas mais vantajosas por item ou grupo de itens;
- Flexibilidade logística, facilitando a entrega fracionada conforme a necessidade real do laboratório.

9.3 Portanto, a contratação será estruturada de forma a permitir o parcelamento por itens, respeitando a viabilidade técnica e econômica, promovendo a eficiência administrativa e o interesse público, o que está em perfeita conformidade com os princípios que regem a Administração Pública e com os dispositivos da nova Lei de Licitações;

9.4 O valor estimado da contratação é inferior ao limite previsto no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratação de bens e serviços comuns até o valor de R 54.000,00, haja visto que a adoção da dispensa de licitação coaduna-se na vantagem da celeridade processual e da economicidade administrativa, sem prejuízo da seleção da proposta mais vantajosa, respeitando-se os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A presente contratação está alinhada ao planejamento institucional da Polícia Federal, especialmente no que se refere ao fortalecimento das atividades de polícia judiciária, produção da prova pericial e suporte técnico-científico às investigações criminais.

11.2 A aquisição de reagentes e materiais de consumo para o Laboratório de Química Forense encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, conforme determina o art. 12 da Lei nº 14.133/2021 e orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019, garantindo a aderência da contratação às diretrizes estratégicas e orçamentárias do órgão, o que demonstra que a demanda foi formalmente identificada, analisada e planejada com antecedência, sendo considerada essencial para a continuidade das atividades periciais e para o alcance dos resultados institucionais esperados.

11.3 A contratação proposta guarda coerência com o planejamento anual, contribui para o cumprimento da missão institucional da Polícia Federal e respeita os princípios do planejamento, eficiência e interesse público.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 A contratação dos reagentes e materiais de consumo para o Laboratório de Química Forense proporcionará os seguintes benefícios:

- Garantia da continuidade das análises periciais, evitando atrasos em investigações criminais e processos judiciais;
- Aprimoramento da qualidade técnica e científica das perícias, por meio da utilização de insumos adequados e padronizados;
- Celeridade na resposta pericial, especialmente em demandas urgentes de grande impacto social ou institucional;
- Eficiência operacional, com controle adequado de estoque e redução de aquisições emergenciais;
- Atendimento aos requisitos legais, técnicos e de biossegurança, assegurando a confiabilidade dos laudos emitidos.

12.2 Tais benefícios refletem diretamente no fortalecimento da atuação institucional da Polícia Federal e na prestação de um serviço público eficaz e tecnicamente qualificado.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 Para viabilizar a contratação, serão adotadas as seguintes providências:

1. Elaboração do Termo de Referência, com as especificações técnicas detalhadas dos itens, critérios de recebimento e estimativa de consumo;
2. Consulta ao setor orçamentário, para confirmação de disponibilidade de recursos e emissão da reserva orçamentária correspondente;
3. Escolha da modalidade de contratação por dispensa de licitação, conforme art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor estimado;
4. Designação de fiscal técnico e administrativo do contrato, conforme previsto na legislação vigente;
5. Abertura do processo administrativo de contratação, com juntada dos documentos obrigatórios (ETP, justificativas, pesquisas de preços, parecer jurídico, entre outros);
6. Publicação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigência legal.

13.2 Tais providências garantirão a legalidade, transparência, economicidade e eficiência da contratação, assegurando o pronto atendimento das demandas laboratoriais.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1 A presente contratação envolve a aquisição de reagentes químicos e materiais de consumo laboratoriais, os quais, por sua natureza, exigem cuidados específicos quanto ao armazenamento, manuseio e descarte, a fim de evitar danos ao meio ambiente e à saúde humana.

14.2 Embora os impactos ambientais diretos sejam considerados mínimos e controláveis, podem ocorrer nas seguintes situações:

- Descartes inadequados de resíduos químicos, como solventes e reagentes vencidos ou inutilizados;
- Acúmulo de materiais contaminados, como frascos e luvas, sem a destinação apropriada;
- Riscos de vazamentos acidentais, durante o transporte ou armazenamento dos produtos.

14.3 Para mitigar tais riscos, o Laboratório de Química Forense da Polícia Federal segue protocolos internos de biossegurança e gestão de resíduos, bem como as normas ambientais vigentes, como a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a legislação da ANVISA e IBAMA.

14.4 Além disso, a unidade conta com sistemas de controle, coleta seletiva e destinação final adequada dos resíduos químicos, por meio de empresa especializada e licenciada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição é viável sob os seguintes aspectos:

- Técnico: os itens a serem adquiridos possuem especificações bem definidas, são padronizados e amplamente disponíveis no mercado, o que permite ampla competitividade e facilidade de fornecimento;
- Orçamentário: o valor estimado da contratação está dentro do limite legal para dispensa de licitação, e há previsão de dotação orçamentária para atendimento da despesa;
- Legal: a contratação está amparada pelo art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens comuns com valor inferior ao limite legal;
- Operacional: a contratação em lote único assegura maior eficiência logística, padronização e controle de qualidade no uso dos insumos.

Assim, a contratação mostra-se viável, necessária e conveniente para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e à continuidade das atividades periciais da unidade.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MICHEL DOS SANTOS BITANA**

Membro da comissão de contratação

**CRISTINA TEIXEIRA DE VASCONCELOS**

Agente de contratação